



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DA SRA. LÍDIA QUINAN)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal.

DESPACHO: 12/05/99 - (ÀS COMISSÕES PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 910, DE 1999
(DA SRA. LÍDIA QUINAN)



Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal.

(AS COMISSÕES PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A menos que justificado por razões de relevante interesse nacional, definidas na forma do regulamento, fica o Poder Executivo proibido de adquirir produtos lácteos originários de países que não sejam membros do Mercosul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

São notórias as dificuldades dos produtores nacionais de leite, assim como é notório o fato de que essas dificuldades são agravadas por importações de países que subsidiam sua pecuária leiteira. Em vista dos acordos assinados no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o mínimo que o Poder Público pode fazer é dar preferência ao produto nacional na aquisição de lácteos para o atendimento de programas sociais. Como também isto é vedado pelo Tratado de Assunção, que se proíba as aquisições originadas fora da área do Mercosul. Considerada isoladamente, a medida consubstanciada no presente Projeto de Lei tem alcance limitado; porém, se for imitada pelos governos



CÂMARA DOS DEPUTADOS



estaduais e municipais poderá dar fôlego extra a muitas bacias leiteiras, hoje, em franco processo de desmantelamento.

Dentro dos estreitos limites a que foi confinada a ação legislativa nesses tempos de desregulamentação comercial, o presente projeto constitui um avanço na direção que todos pretendemos, pelo que peço o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 1999.

Deputada LÍDIA QUINAN

12/05/99

Documento 902911.00.176

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	12/05/99 às 17h10
Nome	<i>[Signature]</i>
Ponto	3298



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI Nº 910, DE 1999

Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal

Autora: Deputada LÍDIA QUINAN

Relator: Deputado FEU ROSA

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em apreço contém apenas dois artigos, um dos quais é a cláusula de vigência, e dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal. Diz o artigo 1º:

“ A menos que justificado por razões de relevante interesse nacional, definidas na forma do regulamento, fica o Poder Executivo proibido de adquirir produtos lácteos originados de países que não sejam membros do Mercosul.”

Na justificação do referido projeto, a ilustre deputada Lídia Quinan menciona as dificuldades dos produtores nacionais de leite, agravadas por importações de países que subsidiam sua pecuária leiteira. Fazendo com que o Poder Público dê preferência ao produto nacional na aquisição de lácteos para o atendimento de programas sociais, argumenta a autora que se poderá “dar fôlego extra a muitas bacias leiteiras, hoje, em franco processo de desmantelamento”.

É o relatório.



II – VOTO DO RELATOR

A produção de lácteos é um dos setores mais subsidiados em todo o mundo e a prática de subsídios cria distorções no comércio internacional, afetando diretamente a competitividade de produtores de países que não os praticam, como o Brasil. Existe uma clara relação entre o comércio desleal de produtos lácteos em nível internacional e o fato de o Brasil não ser auto-suficiente na produção de leite.

A questão da prática de subsídios no setor agrícola é uma das mais críticas nas negociações travadas no âmbito da Organização Mundial de Comércio – OMC. Os países que compõem a União Européia, especialmente, resistem muito à redução de suas medidas protecionistas. Diante desse quadro internacional e tendo em vista as limitações para a regulamentação do comércio brasileiro em virtude dos acordos que ligam o Brasil à OMC, a autora do projeto em apreço foi buscar um caminho para tentar amenizar as dificuldades enfrentadas pelos produtores nacionais. A ação do Congresso Nacional aprovando a presente proposição reforça a posição negociadora brasileira nos foros internacionais, demonstrando que o País não pretende ceder na defesa de um comércio de produtos primários livre de práticas desleais.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 910, de 1999, de autoria da nobre Deputada Lídia Quinan, que dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal.

Sala da Comissão, em 21 de setembro de 2000.


Deputado FEU ROSA
Relator



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

PROJETO DE LEI Nº 910, DE 1999
(Da Sra. Lúcia Quinan)

PARECER DA COMISSÃO

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, o Relatório favorável do PROJETO DE LEI Nº 910/99, do Deputado Feu Rosa, que "dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal".

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares:

Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Deputado Nelson Marchezan, titular, Deputados: Luciano Pizzatto, Marisa Serrano, João Herrmann Neto e Celso Russomanno, suplentes. Senadores: Geraldo Althoff, Henrique Loyola e Roberto Requião, titulares.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2000


Deputado **JÚLIO REDECKER**
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 910/99

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 12/12/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 19 de fevereiro de 2001.


APARECIDA DE MOURA ANDRADE
Secretária



PROJETO DE LEI Nº 910, DE 1999

Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal.

AUTOR: Deputada LÍDIA QUINAN

RELATOR: Deputado JURANDIL JUAREZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 910/99, de autoria da nobre Deputada Lídia Quinan, dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal. O art. 1º da proposição preconiza que, a menos que justificado por razões de relevante interesse nacional, definidas na forma do regulamento, fica o Poder Executivo proibido de adquirir produtos lácteos originários de países que não sejam membros do Mercosul.

Em sua justificação, a ilustre autora argumenta que são notórias as dificuldades dos produtores nacionais de leite, assim como é notório o fato de que essas dificuldades são agravadas por importações de países que subsidiam sua pecuária leiteira. Segundo a insigne Parlamentar, em vista dos acordos assinados no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o mínimo que o Poder Público pode fazer é dar preferência ao produto nacional na aquisição de lácteos para o atendimento de programas sociais. De acordo com a augusta Deputada, como também isso é vedado pelo Tratado de Assunção, devem ser proibidas as aquisições originadas de fora da área do Mercosul. Segundo a eminente autora, se considerada isoladamente, sua iniciativa tem alcance limitado; porém, se imitada pelos

A



governos estaduais e municipais, poderá dar fôlego extra a muitas bacias leiteiras que se encontram, hoje, em franco processo de desmantelamento.

O Projeto de Lei nº 910/99 foi distribuído em 12/05/99, pela ordem, à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e às Comissões de Economia, Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e de Redação, em regime de tramitação ordinária. Encaminhado o projeto em tela à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em 25/06/99, foi inicialmente designado Relator o nobre Deputado Nécio Rodrigues. Mais tarde, em 18/09/00, a matéria foi redistribuída ao ilustre Deputado Feu Rosa, que apresentou parecer favorável ao projeto, posição aprovada unanimemente por aquele Colegiado na reunião de 22/11/00.

Encaminhado o projeto em tela à Comissão de Economia, Indústria e Comércio em 24/11/00, fomos honrados, em 07/12/00, com a missão de relatá-lo.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Economia, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Estamos inteiramente de acordo com a iniciativa constante do projeto ora submetido à nossa análise. De fato, o País não pode encarar o comércio internacional com a ingenuidade de quem acredita nas falsas promessas de liberalização anunciadas com fanfarra pelas nações ricas. A experiência tem demonstrado, ao contrário, que, as mais das vezes, o Terceiro Mundo se apressa em abrir suas fronteiras para os bens oriundos dos países desenvolvidos, para só então perceberem que ficaram isolados nos seus gestos de boa vontade.




No caso específico dos produtos lácteos, tem-se um exemplo perfeito deste descompasso entre palavras e ações por parte de nossos adversários na dura guerra do comércio internacional. Poucos setores serão tão ampla e descaradamente subsidiados pelos governos do Primeiro Mundo quanto o agrícola. Desta forma, nossos mercados se vêem inundados por produtos de origem animal e vegetal em condições que inviabilizam a capacidade de reação de nossos agricultores, forçados que são a se defrontar com a difícil realidade de juros elevados, infra-estrutura precária e falta de apoio do Estado.

Assim, cremos ser plenamente justificável a medida preconizada pela matéria em pauta. Se não nos é mais possível proibir a importação predatória de produtos lácteos, priorizemos, pelo menos, as compras efetuadas no território do Mercosul. Afinal de contas, nossos parceiros neste bloco sub-regional são, também, nossos aliados na guerra sem tréguas pela busca do progresso e do desenvolvimento econômico e social. Será, ademais, um passo importante para que logremos marchar unidos na estrada que leva à ALCA.

Por todos estes motivos, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 910, de 1999.**

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em 02 de abril de 2001.


Deputado JURANDIL JUAREZ
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 910, DE 1999

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU unanimemente o Projeto de Lei n.º 910/99, nos termos do parecer do Relator, Deputado Jurandil Juarez.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Marcos Cintra - Presidente; Gerson Gabrielli Jaques Wagner e Sérgio Barros - Vice-Presidentes; Alex Canziani, Antônio do Valle, Badu Picanço, Carlito Merss, Delfim Netto, Elcione Barbalho, Emerson Kapaz, Enio Bacci, Givaldo Carimbão, João Pizzolatti, Jurandil Juarez, Léo Alcântara, Márcio Fortes, Maria Abadia, Paulo Octávio, Ronaldo Vasconcellos, Rubem Medina, Virgílio Guimarães e Waldemir Moka.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2001.

Deputado **MARCOS CINTRA**
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 910-A, DE 1999 (DA SRA. LÍDIA QUINAN)

Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal.

(ÀS COMISSÕES PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (SUBSÍDIO) :

- parecer do relator
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

CÂMARA DOS DEPUTADOS
***PROJETO DE LEI Nº 910-A, DE 1999**
(DA SRA. LÍDIA QUINAN)

Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal; tendo parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação (relator: Dep. JURANDIL JUAREZ).

(ÀS COMISSÕES PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 09/06/99*

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

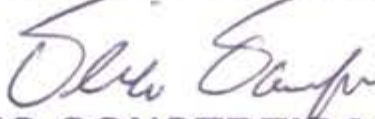
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 910-A/99

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 14/05/01, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 21 de maio de 2001.


SÉRGIO SAMPAIO CONSTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 197/01 - CEIC
Publique-se.
Em 15/05/01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 1591 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ofício-Pres n.º 197/01

Brasília, 25 de abril de 2001.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Art. 58 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 910/99, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente,

Deputado **MARCOS CINTRA**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **AÉCIO NEVES**
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Calixa: 36

Lote: 78

PL N° 910/1999

16

RETARIA - G. DAL DA	
Re: 000	
Orgão	CCV n.º 1971/01
Data:	17/5/01 Hora: 17h
Ass:	Smg Ponto: 2566



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 910, DE 1999

(Da Sra. Lídia Quinan)

Dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal.

(ÀS COMISSÕES PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A menos que justificado por razões de relevante interesse nacional, definidas na forma do regulamento, fica o Poder Executivo proibido de adquirir produtos lácteos originários de países que não sejam membros do Mercosul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

São notórias as dificuldades dos produtores nacionais de leite, assim como é notório o fato de que essas dificuldades são agravadas por importações de países que subsidiam sua pecuária leiteira. Em vista dos acordos assinados no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o mínimo que o Poder Público pode fazer é dar preferência ao produto nacional na aquisição de lácteos para o atendimento de programas sociais. Como também isto é vedado pelo Tratado de Assunção, que se proíba as aquisições originadas fora da área do Mercosul. Considerada isoladamente, a medida consubstanciada no presente Projeto de Lei tem alcance limitado; porém, se for imitada pelos governos

estaduais e municipais poderá dar fôlego extra a muitas bacias leiteiras, hoje, em franco processo de desmantelamento.

Dentro dos estreitos limites a que foi confinada a ação legislativa nesses tempos de desregulamentação comercial, o presente projeto constitui um avanço na direção que todos pretendemos, pelo que peço o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 1999.


Deputada LÍDIA QUINAN

12/05/99